



**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA
2º SEMESTRE DE 2016
MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR**

I. INTRODUÇÃO

De acordo com o estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o Relatório semestral de revisão legal das contas efetuada ao MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR (adiante designado por MUNICÍPIO ou MPSOR) relativa ao segundo semestre de 2016, o qual engloba, além desta Introdução, os seguintes capítulos:

- Resumo executivo
- Metodologia e trabalho desenvolvido
- Análise das contas de balanço
- Análise das contas de resultados
- Controlo orçamental
- Nota final

Os trabalhos decorreram conforme o previsto e visaram, nomeadamente, a verificação da integridade das contas, a análise da implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o controlo orçamental e a apreciação da legalidade, economia, eficiência e eficácia dos procedimentos decorrentes da aquisição de bens e serviços.

Ao longo do presente relatório dá-se conta de uma forma desenvolvida dos trabalhos realizados, metodologias utilizadas, apreciações efectuadas, conclusões extraídas e recomendações.

II. RESUMO EXECUTIVO

Procedemos ao exame das contas do Município relativas ao 2.º semestre de 2016, de acordo com as normas internacionais de auditoria adotadas pela Comissão Europeia (sendo estas diretamente adotáveis enquanto não decorrer o respetivo processo de adoção) e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de hoje, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

III. METODOLOGIA E TRABALHO DESENVOLVIDO

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria adotadas pela Comissão Europeia (sendo estas diretamente adotáveis enquanto não decorrer o respetivo processo de adoção) e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Para tanto o referido exame incluiu a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores constantes do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como da observância das normas e princípios consignados no Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

Os objetivos visados, no trabalho efetuado com referência a 31 de dezembro de 2016, foram essencialmente os seguintes:

1. Identificar eventuais problemas a nível da MPSOR;
2. Levantamento e avaliação do sistema de controlo interno existente para apreciação da eficácia e consistência dos procedimentos e registos administrativos, financeiros e contabilísticos, nomeadamente na área das disponibilidades e imobilizado;
3. Verificar a regularidade dos registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
4. Emissão de um relatório semestral de revisão legal das contas com as conclusões sobre o trabalho efectuado.



IV. ANÁLISE DAS CONTAS DE BALANÇO

O resumo do Balanço do Município apresenta a seguinte decomposição:

Balanço	Ativo	Fundos Próprios e Passivo
Ativo Líquido	112 569 994	---
Fundos Próprios	---	67 070 286
Passivo	---	45 499 708
Total Balanço	112 569 994	112 569 994

1.1 - Imobilizado

1.1.1 - Bens de Domínio Público

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica *Bens Domínio Público* apresenta um saldo bruto de 30.258.874 euros e amortizações acumuladas de 18.748.635 euros.

Nesta conta destaca-se o saldo da conta *Outras construções e infraestruturas* com um saldo bruto de 29.924.506 euros (351.534 euros ainda em curso) e que inclui os investimentos efetuados em viadutos, arruamentos, e obras complementares.

As amortizações ascendem a 18.748.635 euros.

1.1.2 - Imobilizado Corpóreo

A rubrica de *Imobilizado corpóreo* apresenta, à data do Balanço, um saldo bruto de 115.104.393 euros e amortizações acumuladas de 28.887.228 euros.

Nesta rubrica assumem especial destaque, pelo seu montante, as contas de *Terrenos e recursos naturais* com 20.049.965 euros e *Edifícios e outras construções* com a quantia bruta de 87.280 016 euros (que incluem 1.613.214 euros de imobilizações em curso).

O nosso trabalho incluiu a análise das principais alterações do Imobilizado corpóreo, incluindo as aquisições, os abates e as transferências.



No ano de 2016 há essencialmente a salientar a transferência de imobilizado em curso, num montante 13.118.400 euros onde devemos sublinhar cinco obras, conforme segue:

• Empreitada do hangar do aeródromo	1 331 833
• Fundação António Prates	2 213 683
• Aeródromo Municipal de Ponte de Sor (pista e hangar)	2 127 053
• Centro de Dia de Ponte de Sor – Lar de Idosos	2 098 255
• Empreitada do Campus Universitário	<u>4 296 705</u>
	<u>12 067 529</u>
	92%

Das inúmeras obras e projetos que englobam o saldo desta rubrica, parte significativa foi efetuada com apoios comunitários e da administração central. No final do exercício de 2016 o MPSOR tem, na conta de proveitos diferidos a quantia de 40.415.744 euros de subsídios contratualizados e ainda por reconhecer na base da amortização dos ativos correspondentes.

O MPSOR procede com regularidade à inventariação física dos ativos imobilizados.

Na sequência deste procedimento são identificadas as diferenças entre os dados do ficheiro de cadastro e a existência física, sendo tomadas as medidas corretivas correspondentes, normalmente abate de bens, devidamente autorizados.

Constatámos que a política de capitalização existente é demasiado extensiva, com o objetivo de controlar fisicamente todos os bens. Sugerimos que seja efetuada uma análise custo/benefício relativamente à capitalização de determinados bens com vista a redefinir a política de capitalização de gastos.

As amortizações do exercício são determinadas de acordo com o CIBE e apuradas apenas no final do exercício.

Entendemos que do ponto de vista de economia e eficácia seria útil identificar, ao nível do sistema informático (módulo do imobilizado), os ativos objeto de financiamento. Tal permitiria, de forma mais célere e direta, balancear as amortizações do exercício com os proveitos decorrentes dos subsídios a fundo perdido.

1.1.3 – Investimentos Financeiros

No final do exercício de 2016, a rubrica de *Investimentos Financeiros* apresenta um saldo de 1.568.227 euros, não tendo registado qualquer movimento durante o ano.

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

- | | |
|--|---------|
| • Contribuição do MPSOR no capital do Fundo de Apoio Municipal, decorrente da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal. | 733 787 |
| • Participação de 0,29% na sociedade ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, S.A. | 494 010 |
| • Participação de 3,4% na sociedade VALNOR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO. NORTE ALENTEJANO, S.A. | 340 330 |
| • Participação de 0,33% na CAPSOR (Coop. Agrícola de Ponte de Sor) | 100 |

Os investimentos financeiros estão valorizados pelo seu custo de aquisição.

Relativamente ao Fundo de Apoio Municipal, à data do balanço, ainda se encontrava por liquidar a quantia de 524.133 euros. O plano de pagamento desta participação estabelece a liquidação de 104.827 euros por ano, até 2021 e tem-se verificado o seu cumprimento.

1.2 - Existências

As *Existências* englobam matérias subsidiárias e de consumo corrente (142.319 euros) e mercadorias (3.973.005 euros).

As mercadorias respeitam a terrenos disponíveis para venda nas várias freguesias do concelho.

A lista dos terrenos inclui 78 parcelas de terreno com diferentes critérios de valorização tais como:

- Valor atual de venda;
- Valor atribuído por comissão designada para o efeito;
- Custo de aquisição;
- Valor de retoma pelo MPSOR

Entre os vários terrenos destaca-se, pelo seu valor, uma parcela com 84.120 m² situada em Tapada do Telheiro, valorizada a 39,90 euros/m² e que totaliza 3 356 386 euros (85% do total das mercadorias).

1.3 – Dívidas de terceiros

1.3.1 – Clientes/contribuintes/utentes

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

Rubrica	Saldo
Clientes c/c	95 727
Contribuintes c/c	33
Utentes c/c	54 933
Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	414 818
Provisões para cobranças duvidosas	(412 925)
Total	175 085

Dos saldos de clientes c/c, evidenciados no quadro acima, cerca de 67.618 euros respeitam à atividade de distribuição de água, 24.033 euros respeitam a taxas de aterragem e 2.833 euros respeitam a rendas por receber.

A rubrica Utentes c/c inclui as dívidas decorrentes das atividades de saneamento e resíduos sólidos.

As dívidas de cobrança duvidosa encontram-se cobertas em cerca de 99,5% por provisão para cobrança duvidosa. Nesta rubrica inclui-se a multa aplicada a Firmino Fernandes Bispo, em 2013, no montante de 366.388 euros.

No período em análise foi anulada uma dívida da TAGUSGÁS referente a taxa de ocupação do subsolo respeitante a 2006 e 2007, no montante total de 121.920 euros, assim como a correspondente provisão criada.

Esta dívida encontrava-se em processo judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, tendo a sentença judicial sido proferida em 27 de junho de 2015, no sentido da legalidade da aplicação da taxa em causa. Não obstante, e para não lesar os munícipes com a imputação da taxa em causa, em 22 de junho de 2016 foi celebrado um acordo entre o Município e a Tagusgás no qual não seria concretizada a execução da sentença judicial referida acima, não sendo cobrada a taxa de ocupação do subsolo referente aos anos de 2006 e 2007.



1.3.2 – Estado e outros entes públicos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição, à data do Balanço:

Rubricas	Saldo devedor	Saldo credor
Retenção de impostos s/rendimento	---	30 962
Imposto s/ valor acrescentado	26 737	---
Restantes impostos	---	2 602
Contrib. p/ Segurança Social (incl. CGA)	---	90 831
Total	26 737	124 395

Analisámos a rubrica do *Estado e Outros Entes Públicos*, com vista a identificar eventuais situações de contingência fiscal.

Pudemos constatar que os saldos à data de 31 de dezembro de 2016 foram entregues dentro dos prazos legais.

A quantia de Iva mostra-se concordante com a declaração periódica entregue dentro do prazo.

1.3.3 – Outros devedores e outros credores

As rubricas de Outros devedores e de Outros Credores decompõem-se como segue:

Rubricas	Saldo devedor	Saldo credor
Fornecedores de imobilizado c/c	---	302 447
Fornecedores de imobilizado - Factª Recep. e conferência	---	2 829
Sindicatos	---	734
Administração autárquica	---	7 720
Fundo de Apoio Municipal	---	524 133
Depósitos de garantia	---	52 068
Fundos Comunitários	5 872 387	---
Diversos	1 729	109 493
Total	5 874 116	999 424

Do mapa acima apresentado é de destacar a quantia a receber decorrente de Fundos Comunitários, a qual se decompõe em diversos projectos, sendo de destacar os seguintes:

• Aeródromo Municipal 3ª fase – Obras complementares	3 949 551
• Centro de Negócios da Industria Aeronáutica/Aeroespacial	1 167 897
• Aeródromo Municipal 2ª fase – Hangares e Área de manobra	267 103
• Aeródromo Municipal 2ª fase – Ampliação área de manobra	153 218
• Relva sintética e bancadas	14 528

A quantia referente aos dois primeiros projetos, num total de 5.117.448 euros, respeita a financiamentos aprovados em regime de “overbooking”, conforme divulgado no Relatório e contas do Município.

Em setembro de 2016 a entidade INALENTEJO notificou o MPSOR da autorização de descondicionamento das verbas, ficando o pagamento das mesmas, dependente de disponibilidades orçamentais a identificar no quadro do encerramento do QREN.

As quantias em aberto, relativamente aos três últimos projetos (434 849 euros), não são realizáveis, devendo ser descomprometidas e anuladas do ativo e da rubrica de proveitos diferidos. As mesmas não afetaram os resultados por via do balanceamento do subsídio a fundo perdido com as amortizações do exercício.

Entre os saldos englobados nos *Fornecedores de imobilizado c/c* destacam-se os das seguintes entidades:

• Ecoedifica	37 642
• Construções Silvano Santos – Unipessoal, Lda	55 813
• Miraterra – Obras Públicas, Lda	84 341
• António Valente Sondagens	<u>28 140</u>
	<u>205 936</u>
	68 %

Estes fornecedores foram objeto de circularização com referência à data do Balanço tendo-se obtido as respetivas respostas concordantes.

Relativamente ao Fundo de Apoio Municipal os pagamentos estão a ser efetuados de acordo com o estipulado na lei, conforme já referido no ponto 1.1.3 deste Relatório.

1.4 - Depósitos em instituições financeiras

No que se refere ao saldo das contas de *Depósitos em instituições financeiras* (1.253.714 euros), solicitámos confirmações externas e analisámos as respetivas conciliações bancárias, as quais não apresentam quaisquer situações passíveis de reparo.

1.5 - Acréscimos e diferimentos

A quantia apresentada no Ativo inclui os *Acréscimos de proveitos* no montante de 1.795.398 euros) e os *custos diferidos* num total de 31.108 euros.

A quantia de acréscimos de proveitos engloba a melhor estimativa das verbas dos impostos diretos (IMI, IUC e IMT) a receber em 2017 mas respeitantes ao ano de 2016.

No passivo os acréscimos e diferimentos compreendem os *Acréscimos de custos*, com um total de 761.644 euros e os *Proveitos Diferidos*, pelo montante de 40.415.743 euros.

Na subconta de *Acréscimos de custos*, é de salientar a estimativa para férias e subsídios de férias pelo montante de 553.126 euros, a liquidar durante o exercício de 2017

O saldo da subconta de *Proveitos Diferidos* compreende as quantias dos apoios obtidos para os vários projetos participados na parte correspondente ao valor do imobilizado que ainda não sofreu amortizações.

Conforme já referido no ponto 1.3.3 deste Relatório, da quantia acima indicada, 5.117.448 euros encontram-se por receber e 434.849 euros são para anular.

Em termos de controlo dos investimentos e das respetivas participações chamamos a atenção para o sugerido na parte final do ponto 1.1.2 do presente Relatório.

1.6 - Fundos Próprios

Analisámos e confirmámos os movimentos ocorridos nesta rubrica, com referência à data do Balanço, resumindo-se conforme evidenciado no quadro seguinte:

Rubrica	Saldo	Movimentos ocorridos no exercício		Saldo
	31.12.2015	Aumentos	Diminuições	31.12.2016
Património	60 820 720	2 652 134		63 472 854
Reservas	2 787 140	225 710		3 012 850
Resultados Transitados	54 233		54 233	0
Resultado Líquido do Exercício	850 883	584 575	850 883	584 575
Total	64 512 976	3 462 419	905 116	67 070 279

Entre os movimentos do exercício registados na subconta *Património* há a salientar os ajustamentos decorrentes dos seguintes factos:

- Acerto de subsídios ao investimento	1 283 857
- Acerto de amortizações acumuladas	(835 927)
- Especialização do IMI (1ª vez)	1 260 650
- Aplicação do resultado de 2015 e transitados	<u>859 860</u>
	<u>2 568 440</u>
	96,8%

As contas de 2015 foram aprovadas em Assembleia Municipal, realizada em 29 de abril de 2016, sob proposta da reunião do Município de 13 de abril de 2016.

O saldo da conta Património, em 31 de dezembro de 2016, representa 56,4% do total do balanço.

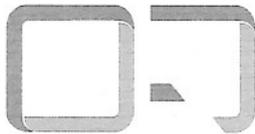
1.7 - Provisões para riscos e encargos

A rubrica de Provisões para riscos e encargos registou, no exercício de 2016, um decréscimo de 875.543 euros, por via da extinção de processos onde o MPSOR era réu, ora por sentenças favoráveis ao Município, ora por incumprimentos dos autores.

A quantia em aberto mostra-se concordante com a melhor estimativa de responsabilidade indicada pelos serviços jurídicos do Município, em resposta à nossa circularização (2 299 676 euros), de acordo com a nota 2.7.1 do POCAL.

Entre os vários processos há a destacar, pelo valor da responsabilidade contingente, os seguintes:

- CME (3 processos)	1 140 950
- Águas de Lisboa e Vale do Tejo (participada)	882 284



Em fase posterior ao encerramento de contas o MPSOR tomou conhecimento de um recurso interposto pelo autor de uma das ações cujo desfecho tinha sido favorável ao Município. Como tal, a responsabilidade de 377 361 euros foi divulgada no ponto 8.2.3 das Notas anexas ao balanço e à demonstração dos resultados.

1.8 - Empréstimos obtidos

O saldo da rubrica *Dívidas a instituições de crédito* respeita na sua totalidade a um financiamento de médio e longo prazo, contraído junto da CGD, tendo o mesmo sido objeto de confirmação pelo procedimento de circularização.

Face ao ano anterior, é de sublinhar a liquidação do empréstimo de 2.800.000 euros.

1.9 - Fornecedores

Esta conta que totaliza 633.453 euros, à data do balanço, inclui diversos saldos decorrentes da atividade do Município, sendo de destacar os seguintes (56%):

- Águas de Lisboa e Vale do Tejo SA	179 572
- EDP Comercial, SA	111 934
- Edisoft - Empr. de Serv. e Desenv. de software	32 288
- Segura & Gonçalves	<u>31 340</u>
	<u>355 134</u>

Procedemos à circularização das entidades mais representativas de entre os fornecedores correntes do Município (incluindo os acima indicados) tendo-se obtido 94% das respostas.

A generalidade das respostas mostra-se concordante com os saldos do MPSOR.

A principal divergência identificada respeita a faturas da ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, SA, num total de 882.284 euros, não aceites pelo Município, mas objeto de provisão para riscos e encargos, por via de processo judicial movido pelo fornecedor, conforme descrito no ponto 1.7 deste relatório.

V - ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS

No exercício em análise o resultado ascendeu a 585 575 euros, 69% do obtido no exercício anterior. Nos pontos seguintes abordamos as principais componentes dos resultados.

1.1 – Custos e perdas

Foram efetuados testes a diversas contas de custos e perdas tendo em vista a especialização dos exercícios. Para maior compreensão apresentamos a sua decomposição e comparação do período em análise com o período homólogo:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015	Variação absoluta	Δ %
Custos e perdas operacionais:				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	479 823	323 523	156 300	48%
Fornecimentos e serviços externos	4 241 605	3 757 316	484 288	13%
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2 166 818	2 130 464	36 354	2%
Custos com o pessoal	4 604 279	4 649 984	(45 705)	-1%
Outros custos e perdas operacionais	128 102	88 832	39 270	44%
Amortizações do exercício	4 498 817	4 109 989	388 828	9%
Provisões do exercício	5 617	645	4 971	770%
Custos e perdas financeiros	21 717	39 215	(17 498)	-45%
Custos e perdas extraordinários	655 407	354 314	301 093	85%
Total Custos e Perdas	16 802 185	15 454 283	1 347 902	9%

O exercício de 2016 caracteriza-se por um aumento generalizado dos custos em 9%, face ao exercício de 2015, com exceção dos custos com o pessoal e dos custos e perdas financeiros.

1.1.1. – Fornecimentos e Serviços Externos

Os *Fornecimentos e Serviços externos* representam 25% do total dos custos e registaram um incremento de 13% em relação ao exercício de 2015. A sua decomposição e evolução é a seguinte:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015	Δ absoluta	Δ %
Trabalhos especializados	1 073 411	855 553	217 858	25%
Electricidade	1 015 407	1 000 925	14 482	1%
Água	559 510	570 960	(11 450)	-2%
Conservação e reparação	291 759	265 769	25 990	10%
Transportes escolares	180 975	185 345	(4 370)	-2%
Combustíveis	87 232	100 361	(13 129)	-13%
Rendas e Alugueres	76 323	47 399	28 924	61%
Refeições Confeccionadas	68 083	42 563	25 519	60%
Comunicação	58 586	61 381	(2 795)	-5%
Encargos de cobrança	48 945	48 747	198	0%
Seguros	48 338	54 214	(5 875)	-11%
Publicidade e propaganda	41 291	30 175	11 116	37%
Material de escritório	29 266	27 248	2 019	7%
Limpeza, higiene e conforto	11 723	9 879	1 844	19%
Artigos para oferta	10 302	10 964	(662)	-6%
Outros fornecimentos e serviços	640 453	445 833	194 620	44%
Total	4 241 605	3 757 316	484 288	13%

A principal natureza – Trabalhos especializados – cresceu 25% face a 2015 e inclui, maioritariamente, os encargos com o saneamento básico.

1.1.2 - Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais

As *Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais* registaram um saldo de 2.166.818 euros, registando um crescimento de 2% face ao registado no ano anterior.

São de salientar as transferências para Instituições sem fins lucrativos que ascenderam a 1.474.222 euros.

1.1.3 – Custos com o Pessoal

Os custos com o pessoal são a rubrica com maior peso na estrutura de custos do Município, representando cerca de 27% do total de custos. Face ao ano anterior verifica-se uma diminuição de 1%.

1.1.4. - Amortizações do exercício

O incremento registado nas *Amortizações do exercício* - 9% (388 828 euros) decorre do início de amortização em 2016, de um conjunto significativo de ativos (13.118.400 euros), que até à data se encontravam em curso, conforme já descrito no ponto 1.1.2 do capítulo IV do presente relatório.

1.1.5. - Custos e perdas financeiros

A redução de 45% verificada nesta rubrica decorre do reembolso do financiamento de 2 800 000 euros, já referido no ponto 1.8 do capítulo IV. Em 2015 o Município contraiu um empréstimo de curto prazo, devido a dificuldades de tesouraria provocada pela morosidade nos pagamentos dos saldos finais dos projetos co-financiados (candidaturas aprovadas e candidaturas aprovadas em regime de *overbooking*). Este financiamento foi liquidado no 1º semestre de 2016.

1.1.6. - Custos e perdas extraordinários

A rubrica *Custos e perdas extraordinários* registou um incremento de 85% em relação ao ano anterior. A decomposição e evolução resume-se no quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015	Δ absoluta	Δ %
Transferências de capital concedidas	387 855	209 893	177 962	85%
Dívidas incobráveis	121 920		121 920	
Perdas em existências	16	22	(6)	-27%
Perdas em imobilizações	111 218	93 852	17 366	19%
Multas e penalidades	10 670	248	10 422	
Correções relativas a exercícios anteriores	22 320	30 987	(8 667)	-28%
Outros custos e perdas extraordinários	1 408	19 312	(17 904)	-93%
Total	655 407	354 314	301 093	85%

Da análise ao mapa salienta-se o registo das dívidas incobráveis, no montante de 121.920 euros que, em 2015, não existiam. Estas decorrem da situação referida no ponto 1.3.1 do capítulo IV do presente relatório.

1.2 - Proveitos e Ganhos

O quadro seguinte detalha em pormenor os saldos das contas de proveitos e ganhos, apresentando a sua evolução (em termos absolutos e relativos) face ao exercício anterior:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015	Δ absoluta	Δ %
Proveitos e ganhos operacionais:				
Vendas de mercadorias e produtos	777 980	668 319	109 661	16%
Prestações de serviços	1 040 693	952 050	88 643	9%
Impostos e taxas	1 892 746	2 009 395	(116 649)	-6%
Transferências e subsídios obtidos	9 399 402	9 586 013	(186 610)	-2%
Proveitos e ganhos financeiros	793 698	842 448	(48 750)	-6%
Proveitos e ganhos extraordinários	3 482 240	2 246 942	1 235 299	55%
Total Proveitos e Ganhos	17 386 760	16 305 166	1 081 594	7%

Conforme apresentado no quadro acima, os proveitos registaram um crescimento de 7%, face ao ano anterior, tendo as várias rubricas de proveitos variado em sentido inverso, ou seja, observou-se neste período um aumento nas *vendas*, *prestações de serviços*, e bem assim nos *proveitos extraordinários*, no entanto as rubricas *Impostos e taxas*, *Transferências e subsídios obtidos* e *Proveitos financeiros* sofreram uma diminuição.

1.2.1. - Vendas e Prestações de serviços

O saldo da rubrica *Vendas e Prestações de serviços* representa 10,5% do total dos *Proveitos e Ganhos*. O quadro seguinte mostra o seu detalhe e evolução face ao exercício de 2015:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015	Δ absoluta	Δ %
Prestações de serviços:				
Aluguer de espaços e equipamentos	179 397	138 603	40 794	29%
Alimentação e alojamento	5 258	21 009	(15 751)	-75%
Serviços culturais	21 110	20 676	434	2%
Serviços desportivos	104 651	93 264	11 387	12%
Saneamento	368 286	354 989	13 297	4%
Resíduos sólidos	186 547	185 539	1 008	1%
Transportes escolares	22 782	20 063	2 720	14%
Trabalhos por conta de particulares	9 171	5 008	4 164	83%
Cemitérios	18 212	16 927	1 285	8%
Mercados e feiras	46 098	46 209	(111)	0%
Outros	79 181	49 764	29 417	59%
Total	1 040 693	952 050	88 643	9%

1.2.2. – Impostos e taxas

A conta de Impostos e Taxas representa 11% do total dos Proveitos e Ganhos e apresenta a seguinte decomposição, por rubrica:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015	<u>Δ absoluta</u>	<u>Δ %</u>
Impostos diretos:				
Imposto municipal sobre imóveis	1 280 000	1 369 016	(89 016)	-7%
Imposto único de circulação	295 398	292 547	2 851	1%
Imposto municipal sobre transm. on. de imóveis	273 856	299 531	(25 675)	-9%
Contribuição autárquica		32	(32)	-100%
Taxas	20 373	29 843	(9 470)	-32%
Impostos Indirectos:				
Específicos das autarquias	24 068	20 181	3 887	19%
<i>Reembolsos e restituições</i>	(934)	(1 725)	791	-46%
Anulações	(17)	(31)	15	-47%
Total	1 892 746	2 009 395	(116 649)	-5,81%

1.2.3. – Transferências e subsídios obtidos

O saldo da rubrica de *Transferências e subsídios obtidos*, que representa 54% do total dos proveitos e ganhos, apresenta a seguinte decomposição e evolução:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015	<u>Δ absoluta</u>	<u>Δ %</u>
Transferências e subsídios obtidos:				
Fundo de equilibrio financeiro	6 740 782	6 659 106	81 676	1%
Fundo social municipal	298 396	298 396	-	0%
Participação no IRS	415 357	406 653	8 704	2%
Outras Transferências Correntes obtidas	972 833	1 216 390	(243 557)	-20%
Transferências de capital	748 976	739 901	9 075	1%
Fundos e Serviços Autónomos	196 879	246 470	(49 591)	-20%
Administração Autárquica	2 500	1 000	1 500	150%
Empresas	23 679	9 383	14 296	152%
Resto do Mundo		8 713	(8 713)	-100%
Total	9 399 402	9 586 013	-186 610	-2%

Nesta conta assumem especial importância as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), que totalizaram 6 740 782 euros. Os montantes anuais destas transferências são definidos na Lei do Orçamento de Estado de cada ano.

1.2.4. – Proveitos e Ganhos Financeiros

A rubrica de *Proveitos e Ganhos Financeiros obtidos* representa cerca de 4,6% do total dos proveitos e destacamos os *Rendimentos de Imóveis* com um saldo de 787.233 euros, respeitante às rendas de concessão cobradas à EDP relativas ao exercício de 2016.

1.2.5. – Proveitos e Ganhos Extraordinários

Os proveitos e ganhos extraordinários representam, em 2016, 20% (14% em 2015) do total dos proveitos. O peso relativo desta rubrica tem-se devido à imputação dos subsídios ao investimento mas em 2016, a redução de provisões (875.543 euros para processos judiciais em curso e 121.920 euros para dívidas de cobrança duvidosa) fez aumentar ainda mais o seu significado.

VI – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo as entidades incluídas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Com base na informação contabilística disponibilizada e também na última ficha do Município emitida pela DGAL, concluímos que o Município cumpria o nível de endividamento estabelecido na lei das finanças locais em 31 de dezembro de 2016, conforme segue:

Receita Corrente Líquida Cobrada

2013 - 12 187 452

2014 - 13 322 700

2015 - 13 547 141

Média - 13 019 098 (C)

Limite (1,5 x C) - 19 528 647 (A)

Dívida Total em 31/12/2015 - 4 675 367 (B)

Margem disponível - 14 853 280 (A-B)

20% Margem - 2 970 656 (D)

Limite Dívida Total * - 7 646 023 (B+D)

* articulação do nº 1 e nº3 do artº 52º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

VII - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Tendo por base os valores apresentados no Balanço apresentamos a seguinte evolução da dívida:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Variação absoluta	Δ %
Dívida de médio e longo prazo	452 540	820 731	(368 191)	-45%
Dívida de curto prazo	1 570 105	4 795 623	(3 225 518)	-67%
Total	2 022 645	5 616 354	(3 593 709)	-64%

Pela análise do quadro apresentado conclui-se que a dívida total diminuiu 64% em relação ao exercício anterior. Para tal contribuiu a liquidação do financiamento pontual de 2.800.000 euros.

Conforme consta da última ficha do Município emitida pela DGAL, o prazo médio de pagamentos aplicado pelo Município é de 17 dias.

VIII - CONTROLO ORÇAMENTAL

A execução orçamental do Município, no período findo em 31/12/2016, apresenta-se como segue:

Controlo Orçamental da Despesa	Orçamentado	Despesa paga	Grau Exc.
DESPEZA TOTAL	21 888 838	18 519 881	84,61%
1 Despesas Com o Pessoal	4 670 462	4 607 346	98,65%
2 Aquisição de Bens e Serviços	5 820 669	4 561 053	78,36%
3 Juros e Outros Encargos	27 697	22 637	81,73%
4 Transferências Correntes	2 480 734	2 166 774	87,34%
5 Subsídios	1	0	0,00%
6 Outras Despesas Correntes	318 480	256 515	80,54%
DESPESAS CORRENTES	13 318 043	11 614 324	87,21%
7 Aquisição de Bens de Capital	5 022 482	3 536 377	70,41%
8 Transferências de Capital	584 514	407 382	69,70%
9 Ativos Financeiros	104 827	104 827	100,00%
10 Passivos Financeiros	2 856 972	2 856 972	100,00%
11 Outras Despesas de Capital	2 000	0	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL	8 570 795	6 905 557	80,57%

Controlo Orçamental da Receita	Dotação Inicial	Receita Cobrada	Grau Exc.
RECEITA TOTAL	21 035 840	18 535 927	88,12%
1 Impostos Diretos	1 926 092	1 817 187	94,35%
2 Impostos Indiretos	18 083	24 068	133,10%
4 Taxas, multas e outras Penalidades	53 274	38 166	71,64%
5 Rendimentos de Propriedade	826 020	793 402	96,05%
6 Transferências Correntes	9 268 313	8 721 811	94,10%
7 Venda de Bens e Serviços Correntes	1 882 814	1 784 200	94,76%
8 Outras Receitas Correntes	1 063	31 413	2955%
RECEITA CORRENTE	13 975 659	13 210 247	94,52%
9 Vendas de Bens de Investimento	12 537	86 542	690,29%
10 Transferências de Capital	7 047 640	5 056 959	71,75%
12 Passivos Financeiros	1	0	0,00%
13 Outras receitas de Capital	2	121 141	
RECEITA DE CAPITAL	7 060 180	5 264 642	74,57%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1	61 038	
OUTRAS RECEITAS	1	61 038	





Com base na análise efetuada à Execução dos orçamentos da Despesa e da Receita para o período findo em 31 de dezembro de 2016, concluímos por um grau de execução de 80,6% no orçamento da Despesa e 74,6% no orçamento da Receita.

O saldo da gerência anterior, no montante de 852.999 euros foi integrado, após aprovação.

No exercício registaram-se três revisões e quinze alterações orçamentais.

No que se refere à execução orçamental e nos termos estabelecidos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, segue-se o controlo da mesma:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Realizado
Receitas Correntes	13 210 247
Despesas correntes	11 614 324
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	56 972
Saldo corrente	1 538 951

O orçamento encontra-se em equilíbrio nos termos do definido no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Em termos de valores totais o Município apresenta um Superavit orçamental geral, conforme quadro seguinte:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Realizado	Grau Exec.
Total das Receitas orçamentais	21 035 840	18 535 927	88,12%
Total das Despesas orçamentais	21 888 838	18 519 881	84,61%
Superavit orçamental geral		16 046	

No que se refere ao Controlo da execução orçamental da despesa, segue-se o montante dos compromissos totais assumidos e que se encontram por pagar:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Compromissos assumidos (*)	Compromissos por pagar
Total despesa corrente	13 318 043	14 396 771	1 187 856
Total despesa de capital	8 570 795	10 374 448	1 070 992
Total geral	21 888 838	24 771 219	2 258 848

(*) - dos quais 3.992.490 euros respeitam a exercícios futuros

Na sequência da análise ao Mapa de controlo orçamental da despesa apresentado pelo Município, concluímos que o montante dos compromissos que se encontram por pagar em 31 de dezembro representa cerca de 11% dos compromissos assumidos para o ano em análise.

Verificámos também que a dotação orçamental não comprometida corresponde a 1.110.109 euros e representa 5% do valor total orçamentado.

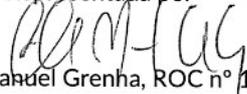
X - NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada pelos responsáveis e pelos serviços do Município, quer na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

Lisboa, 11 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos dos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Durante o exercício, o Revisor Oficial de Contas procedeu, nomeadamente, às verificações e análises que considerou convenientes e apreciou as contas do Município. Para o efeito, recebeu das várias divisões e secções todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório e contas e completado o exame, nomeadamente sobre a execução orçamental e as demonstrações financeiras e seus anexos, exigidos por lei, com vista à sua certificação legal.

4. Parecer

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas do Município de Ponte de Sor, referentes ao exercício de 2016, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este sector, incluindo o que se contém na Certificação Legal das Contas.

5. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE SOR e a todas as divisões e secções, a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 11 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266